

TERMOS DE USO

ACEITAÇÃO DOS TERMOS E POLÍTICAS DE PRIVACIDADE DA PÁGINA DO FACEBOOK E DOS SERVIÇOS CARTORIAIS DO 2º TABELIONATO ESPINDOLA DA COMARCA DE ALEGRETE-RS

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis a ele e concorda em ficar vinculado a eles.

DEFINIÇÕES

Para os fins destes Termos de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Agente público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta;

Agentes de Estado: inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos;

Códigos maliciosos: é qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores;

Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

Sítios e aplicativos: sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados;

Terceiro: pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Usuários (ou "Usuário", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço (citar o serviço);

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

ARCABOUÇO LEGAL

O Arcabouço legal aplicável ao serviço notarial, do 2º Tabelionato de Alegrete compreende:

1. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018;
2. Marco civil da internet — LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014;
3. Decreto da Governança no Compartilhamento de Dados - DECRETO Nº 10.046, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019;
4. Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR);
5. Decreto que institui a Estratégia de Governo Digital - DECRETO Nº 10.332, DE 28 DE ABRIL DE 2020;
6. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição;
8. Provimento nº 74 da Corregedoria Nacional da Justiça - CNJ de 31 de julho de 2018;
9. Provimento 134 da Corregedoria Nacional de Justiça- CNJ de 24 de agosto de 2022;

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Dados que coletamos: Podemos coletar dados pessoais durante o cadastro tais como: nome; número do CPF; número do RG ou documento equivalente; gênero; e-mail; número do telefone fixo ou celular; endereço residencial ou profissional; data do nascimento; idade; nome de usuário; profissão; estado civil; nacionalidade; local de nascimento; nome dos pais; nome do cônjuge; número do CPF do cônjuge; código postal; país.

Também coletamos, armazenamos e usamos determinadas categorias especiais de informações pessoais mais sensíveis, como: condição de exposição política (pessoa politicamente exposta), portador de necessidade especial, imagens e biometria.

Utilizamos os seus Dados para as seguintes finalidades: agendar Atendimento no 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Alegrete-RS – Tabelionato Espindola, para o encaminhamento de escrituras e atos notariais, de acordo com o artigo 7º, inciso III e o artigo 23, §§ 4º e 5º da Lei 13.709/18.

Para a lavratura dos atos também são utilizados os dados coletados, que fazem parte do instrumento público.

Compartilhamento e divulgação dos Dados: O 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Alegrete-RS – Tabelionato Espindola, não compartilha informações com terceiros particulares. Porém poderá, a qualquer tempo, fornecer dados ou informações relativas aos usuários a outros serviços públicos digitais cuja finalidade seja a efetiva prestação de serviço público pelo compartilhamento de

dados ou informações, como as Centrais Registrais e Notariais (CENSEC, TJ/RS, CNJ, ANOREG, CENTRAL DE TESTAMENTOS, COLÉGIO NOTARIAL, IBGE E COAF) ou atender demanda judicial ou policial ou por requisição do Ministério Público, conforme o artigo 7º, incisos III e VI, e o artigo 26, § 1º, I, III, IV e V, e § 2º da Lei 13.709/18.

Nossas bases legais para uso dos Dados: O 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Alegrete-RS – Tabelionato Espindola, realiza o tratamento de seus Dados de acordo com as bases legais previstas no artigo 7º, inciso III da LGPD.

Armazenamento e exclusão dos Dados: Os Dados são armazenados em ambiente seguro e controlado (Sky Remote Backup), por prazo estabelecido legal e/ou regulamentarmente, sendo que para fins de auditoria, preservação de direitos, ou se tivermos alguma outra razão legítima para mantê-los, podemos armazenar os Dados pelo período mínimo de 10 (dez) anos contados a partir do momento que os dados são armazenados conforme artigo 848 caput da Consolidação Normativa Notarial e Registral, podendo ser estendido por prazo maior nas hipóteses em que a lei e/ou norma regulatória assim estabelecerem ou para preservação de direitos. Contudo, podemos excluí-lo definitivamente segundo a nossa exclusiva conveniência em prazo menor. Os Dados podem ser armazenados em nossos servidores próprios ou de terceiro contratado para esse fim (Sky Remote Backup), de acordo com os critérios da legislação aplicável, podendo ainda serem armazenados por meios de tecnologia de cloud computing e/ou outras tecnologias que surjam futuramente, visando sempre a melhoria e aperfeiçoamento de nossos serviços.

DIREITOS DO USUÁRIO

Seus direitos e preferências:

Garantimos opções de escolha e controle, o Regulamento Geral sobre Proteção de Dados ou "RGPD" confere certos direitos às pessoas físicas no que

diz respeito aos seus dados pessoais. Dessa forma, buscamos garantir transparência e controles de acesso a fim de permitir aos usuários se beneficiar dos direitos mencionados. Os direitos conferidos às pessoas físicas, sem prejuízo das limitações previstas na legislação aplicável, são os seguintes:

Direito de acesso - o direito de ser informado e solicitar acesso aos dados pessoais processados por nós;

Direito de retificação - o direito de solicitar que alteremos ou atualizemos os seus dados pessoais quando os mesmos estiverem incorretos ou incompletos;

Direito de remoção - o direito de solicitar a remoção de seus dados pessoais; Neste caso, os atos cartorários não poderão ser lavrados;

Direito de restrição - o direito de solicitar que deixemos, temporária ou permanentemente, de processar todos ou alguns dos seus dados pessoais;

Direito de oposição - o direito, a qualquer momento, de se opor ao processamento dos seus dados pessoais por motivos relacionados à sua situação particular; o direito de se opor à manipulação dos seus dados pessoais para fins de marketing direto;

Direito à portabilidade de dados - o direito de solicitar uma cópia dos seus dados pessoais em formato eletrônico e o direito de transmitir os referidos dados pessoais para utilização no serviço de terceiros. Esta solicitação somente poderá ser atendida mediante autorização judicial.

Direitos do Titular

O Titular tem direito a obter do Controlador, em relação aos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador e expressa autorização judicial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709. Direito de Revogação do Consentimento. Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência ao Controlador. A consequência será a impossibilidade de prestar o serviço cartorário ao usuário.

RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

USUÁRIO

O Usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados no cadastro e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar serviços públicos do Governo Federal. O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Este deve manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O usuário da Plataforma é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas. O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública Federal (APF), a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro,

inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso à Internet, ao sítio e/ou Aplicativo. O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a.** Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b.** Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c.** Proteção do computador;
- d.** Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e.** Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f.** Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g.** Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h.** Perímetro inseguro;

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública, no papel de custodiante das informações pessoais dos Usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados na plataforma.

Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a estes Termos de Uso e Política de Privacidade por meio da página do Facebook (tabelionatoespindola), instagran (@tabelionatoespindola) conforme o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

MUDANÇAS NOS TERMOS DE USO

RESPONSABILIDADES:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a estes Termos de Uso e Política de Privacidade por meio da página do Facebook (tabelionatoespindola), Instagram (@tabelionatoespindola) conforme o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

DAS ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÃO DESTES TERMOS DE USO

Esta política tem validade indeterminada, podendo ser alterada em seus termos, a qualquer tempo, e a versão deste termo de uso será vinculada no ato da aceitação do usuário.

INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Se após a leitura destes Termos você ainda tiver qualquer dúvida, sobre assuntos envolvendo os seus Dados, você pode falar com a gente pelos canais abaixo:

(i)E-mail: segundotabelionatto@hotmail.com, tabelionatoespindola@gmail.com

(ii) Telefones: (55) 34223300 ou (55) 997274939.

FORO

Quaisquer disputas ou controvérsias oriundas de quaisquer atos praticados no âmbito da utilização dos sítios e/ou aplicativos pelos usuários, inclusive com relação ao descumprimento dos Termos de Uso e Política de Privacidade ou pela violação dos direitos da Administração Pública Federal, de outros Usuários e/ou de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade, serão processadas na Comarca de Alegrete-RS.